

LISBOA 2030: UMA REGIÃO EUROPEIA PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

TERESA ALMEIDA

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT, I.P.),

destaca a centralidade estratégica da instituição que preside e a sua ação no quadro europeu.



© Nuno Almendra

Como é que a CCDR LVT tem vindo a atuar no contexto regional e na gestão da política de fundos europeus, particularmente no âmbito do programa Lisboa 2030?

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) é uma estrutura do Estado, de nível regional, convertida em instituto público em 2023, que tem como missão garantir maior coesão e desenvolvimento regional.

Quero destacar a sua dimensão relevante no contexto do território continental do país, primeiramente por conter no seu seio a capital do país, Lisboa, mas, igualmente, por aqui residirem cerca de 3,7 milhões de habitantes, que representam cerca de 36% da população portuguesa. Possui competências em domínios como ambiente, cidades, economia, cultura, educação, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas, integrando as diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de promoção do desenvolvimento integrado do território.

Esta missão de coordenação e desenvolvimento é potenciada pelos fundos europeus. Exerço, igualmente, a presidência da Autoridade de Gestão do Programa Regional Lisboa 2030, um dos programas deste ciclo comunitário PT2030, que apoia projetos na Área Metropolitana de Lisboa. Algo que potencia o efeito transformador da nossa atuação, e que decorre da contratualização celebrada com a Comissão Europeia.

O que significa estar na Europa nos próximos anos?

No dia 9 de maio celebram-se os 50 anos da Comissão Europeia, data de capital importância para a afirmação do projeto europeu! A integração europeia constitui um passo decisivo para uma construção coletiva. Mário Soares foi o rosto político que conduziu Portugal para a integração europeia, com a adesão à CEE, em 1985. Foi o político português que melhor encarnou o espírito europeu. Desse processo decorreu uma ambição de convergência, de competitividade, de abertura ao mundo, mas também um vasto alinhamento de políticas, para uma política de coesão. Essa grande abertura e elevação, que decorre da participação europeia, é o que importa destacar, e é o que nos projeta para o futuro. Essa matriz de competitividade e coesão está bem presente na atual política europeia, da Europa das Regiões, mas vive, atualmente, momentos de grandes desafios – novos desafios – face às alterações no xadrez mundial, que nos empurram para um novo quadro de exigência e de resposta, nomeadamente na temática da segurança e da atração de migrantes.

Quais serão os principais desafios que teremos que lidar?

Independentemente das políticas que ganharam maior peso recentemente, como as referentes às alterações climáticas ou à descarbonização, e que têm uma integração transversal, traduzida na ambição da recentemente criada Agência para o Clima, estamos confrontados com a escassez de acesso à habitação e com políticas que assegurem a diminuição das assimetrias regionais, sendo que a região mais desenvolvida do país tem um peso acrescido no contexto nacional.

No contexto da programação do Lisboa 2030, a Comissão Europeia emitiu uma recomendação, em abril – portanto, muito recente – com um propósito muito claro de alinhamento que se pretende entre os Estados-Membros e para o qual temos de nos posicionar, como país e como região. São temas que incidem de maneira diferente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, mas que têm soluções em curso, até porque alguns deles, como a habitação ou os alojamentos de estudantes, foram programados em devido tempo no PRR. Penso que as preocupações deverão incidir na política de coesão, com foco nas pessoas.

Estamos com uma profunda transformação em curso, com fatores externos que suscitam uma mudança de prioridades – alterações que exigem adaptação, mas onde não nos podemos distanciar dos nossos valores.

É sempre bom revisitar as referências. Jacques Delors, principal defensor da integração europeia, mobilizou uma visão partilhada de projeto europeu, para aproximar os cidadãos em torno de um sentimento de orgulho e de participação coletiva.

É um conceito conciliador e de construção progressiva que precisamos de reforçar, agora, para os novos desafios. Jacques Delors dizia: *“Há quem se contente em protestar contra a sociedade atual, mas há quem procure alterá-la ativamente. Prefiro fazer parte da segunda categoria.”* É uma afirmação lapidar, mobilizadora, sustentada na base cívica que deve continuar a timonar a construção do futuro da Europa.

Quais são hoje as principais exigências colocadas a Portugal, e em particular à Região de Lisboa e Vale do Tejo, face aos desafios europeus e globais?

O futuro começa por um reposicionamento dos blocos mundiais mais importantes, com ou sem guerra fática ou comercial, alterando lógicas de competitividade que estavam estabelecidas. Há uma competição natural por recursos, que vemos estar na base de conflitos escaláveis, o que muda o tabuleiro onde atuamos. Temos um contexto de guerra, que fará sucessivas vagas de impacto, que não serve a ninguém na Europa, e por isso devemos estar particularmente mobilizados para uma solução rápida e pacificadora, sem descurar a nova preocupação com o tema da segurança.

Há vezes da Europa claras sobre o que deve ser uma resposta coletiva, como o Relatório LETTA (*Muito mais do que um mercado*) e o Relatório DRAGHI (*Futuro da Competitividade Europeia*), ambos de 2024, que discutem o futuro da Europa e das suas políticas. A resposta terá de passar por um modelo de desenvolvimento mais competitivo, apostando na inovação e na transição energética, mas também numa Europa mais coesa e solidária. Sabemos que, algo estudado e que atesto pela minha própria experiência, uma Europa forte parte de regiões competitivas e coesas, que sabem construir as suas próprias estratégias, operacionalizar as suas prioridades, e que dispõem de fundos proporcionais. Por isso, o progresso que exigimos ao país e às regiões passa pela oportunidade de desenhar o seu próprio futuro dentro de uma ambição europeia, que responda aos desafios internos, mas também aos desafios globais.

Diria que há uma exigência adicional, de simplificação e competitividade, que devem ser introduzidas num próximo quadro comunitário, que espelhe o funcionamento da região – da Região de Lisboa e Vale do Tejo –, tirando partido do novo quadro administrativo NUTS 2024, que constituiu três NUTS II na região.

Dentro da RLVT, a Península de Setúbal, assim como o Oeste e Vale do Tejo, têm níveis de desenvolvimento diferentes da Grande Lisboa, e por isso merecem programas financeiros proporcionais ao esforço de convergência.

De que forma deverá Lisboa posicionar-se no atual contexto europeu, tendo em conta os desafios e oportunidades da integração e desenvolvimento regional?

O projeto europeu está fortemente associado a uma transformação estrutural, progressiva no nosso país, desde a adesão, que no próximo dia 10 de junho celebra os seus 40 anos. O projeto europeu está orientado para o progresso dos povos, sustentado numa política de coesão, com diversos mecanismos de desenvolvimento e investimento. Depois, a ideia de Europa concretiza-se e desdobra-se numa série de políticas unificadoras, como a moeda única e a livre circulação de pessoas e bens, o que potencia a competitividade.

Comemoramos o projeto europeu como energia e esperança, porque percebemos o potencial, hoje e no futuro, da cooperação, da investigação, do alinhamento de políticas e do papel instrumental dos fundos europeus.

A Região de Lisboa conseguiu um reposicionamento no contexto europeu, sendo hoje uma região mais atrativa, mais competitiva e solidária.

Celebramos convictamente o Dia da Europa! No ano em que celebramos também os 40 anos da adesão de Portugal ao projeto europeu, o que proporcionou desenvolvimento, abrindo uma nova dimensão, com acesso a novos mercados e modos de funcionar para empresas, para instituições e para a administração pública. Um percurso em que Portugal se conseguiu modernizar, desenvolver e tornar-se competitivo, ultrapassando várias crises, com respostas, em cada tempo, para os desafios e necessidades das pessoas.



Ao longo deste período, as duas operações integradas de desenvolvimento são ótimos exemplos, nomeadamente a que se operou na Península de Setúbal, nos finais dos anos 80, e que ultrapassou os designados “anos da fome” no Distrito de Setúbal, em que o apoio europeu coadjuvou a intervenção direta do Estado. Relembro, igualmente, a última crise pandémica, que assolou o mundo no ano de 2020, hoje já com percepção de passado, um bom exemplo de como a rapidez e flexibilidade demonstradas pela Comissão Europeia na resposta à economia, à intervenção na saúde e na investigação resultaram em benefício da gestão da crise e na obtenção de vacinas.

Portugal cumpriu o seu papel, orientando os fundos europeus para uma convergência europeia, numa lógica de competitividade, mas também de coesão entre regiões e dentro das regiões.

Os fundos europeus continuam a ter um papel determinante no desenvolvimento dos territórios, como no caso da Região de Lisboa?

O instrumento financeiro, decorrente dos Quadros Financeiros Plurianuais aprovados ciclicamente no contexto europeu e que, de uma forma corrente, designamos como fundos europeus, tem como missão, em cada ciclo, a aceleração e a transformação de cada território.

Foram importantes no investimento da componente económica e industrial (lembro a instalação, em Palmela, da Autoeuropa) e na criação de emprego qualificado, assim como na capacitação e na formação.

Foram também importantes na infraestruturação, nas redes de abastecimento, de saneamento, de tratamento de águas e na gestão de resíduos. Mas, mais recentemente, foram particularmente importantes na preservação do património, na promoção de políticas de regeneração urbana, na aceleração da mobilidade sustentável e na atualização dos designados serviços de proximidade, particularmente no domínio da educação e da saúde.

Lembro que, no Programa Regional Lisboa 2020, recentemente concluído, deram um grande contributo na infraestruturação em saúde, quer para aquisição de equipamentos avançados de diagnóstico, para apetrechar todos os hospitais públicos da Área Metropolitana de Lisboa, quer para construção de novas unidades de saúde local, numa dimensão de grande relevância. Mas também na modernização dos equipamentos escolares, ou em unidades de investigação e equipamentos tecnológicos. São contributos com grande amplitude para o que é, hoje, viver na Região de Lisboa e que procuramos reforçar, por exemplo, trabalhando em conjunto com os 18 municípios e com a AML.

Há toda uma transformação urbana conseguida no alinhamento entre estratégias regionais e compromissos europeus. A Região de Lisboa conseguiu um reposicionamento no contexto europeu, sendo hoje uma região mais atrativa, mais competitiva e solidária.

Estamos com uma profunda transformação em curso, com fatores externos que suscitam uma mudança de prioridades – alterações que exigem adaptação, mas onde não nos podemos distanciar dos nossos valores.

Em que áreas se reflete com mais destaque o reposicionamento de Lisboa?

Um dos indicadores de referência na classificação do nível de desenvolvimento das regiões é o PIB per capita UE27 = 100, onde fomos descendo progressivamente, de 123 em 2000, para 96 em 2020. A boa notícia é a recuperação conseguida em 2023, em que o PIB passou para 106. Ou seja, retomámos o caminho de convergência europeia, pela competitividade. Um reposicionamento que observamos em tantos outros indicadores, como o índice regional de inovação, o volume de negócios das empresas, o valor acrescentado bruto e a evolução da população residente.

Um quadro geral de progresso, com novos desafios na habitação, nos transportes e na provisão de serviços públicos, o que torna o quadro futuro animador, mas particularmente exigente na integração e coesão social.